



ANAIIS DA ASSEMBLEIA

PODER LEGISLATIVO

AVULSO

CURITIBA, TERÇA-FEIRA, EM 19 DE MAIO DE 2009

ANO XXXIV

Mesa Executiva

NELSON JUSTUS
Presidente - Democratas

ANTONIO ANIBELLI
1º Vice-Presidente - PMDB

AUGUSTINHO ZUCCHI
2º Vice-Presidente - PDT

FELIPE LUCAS
3º Vice-Presidente - PPS

ALEXANDRE CURI
1º Secretário - PMDB

VALDIR ROSSONI
2º Secretário - PSDB

ELTON WELTER
3º Secretário - PT

CIDA BORGHETTI
4ª Secretária - PP

PASTOR EDSON PRACZYK
5º Secretário - PRB

ABIB MIGUEL
Diretor Geral

Lideranças

Líder do Governo	Luiz Claudio Romanelli
Líder da Oposição	Elio Rusch
PMDB	Waldyr Pugliesi
PSDB	Ademar Traiano
Partido Democratas	Plauto Miró
PT	Péricles de Mello
PP	Duílio Genari
PDT	Luiz Carlos Martins
Bloco PPS/PMN	Dr. Batista
Bloco PSB/PRB/PV	Pastor Edson Praczyk
Bloco PTB/PR	Jocelito Canto

Representação Partidária

PMDB - 17: Ademir Bier - Alexandre Curi - Antonio Anibelli - Artagão Júnior - Beti Pavin - Caíto Quintana - Cleiton Kielse - Dobrandino da Silva - Edson Strapasson - Jonas Guimarães - Luiz Claudio Romanelli - Luiz Eduardo Cheida - Mauro Moraes - Nereu Moura - Stephanes Júnior - Teruo Kato - Waldyr Pugliesi; **PSDB** - 07: Ademar Traiano - Francisco Bühner - Luiz Accorsi - Luiz Fernandes Litro - Luiz Nishimori - Miltinho Pupio - Valdir Rossoni; **PT** - 06: Elton Welter - Luciana Rafagnin - Pedro Ivo - Péricles de Mello - Professor Lemos - Tadeu Veneri; **Partido Democratas** - 05: Durval Amaral - Elio Rusch - Nelson Justus - Osmar Bertoldi - Plauto Miró; **PP** - 04: Antonio Belinati - Cida Borghetti - Duílio Genari - Ney Leprevost; **PDT** - 03: Augustinho Zucchi - Fernando Scanavaca - Luiz Carlos Martins; **PPS** - 03: Douglas Fabrício - Felipe Lucas - Marcelo Rangel; **PTB** - 02: Fábio Camargo - Jocelito Canto; **PSB** - 02: Reni Pereira - Ribas Carli Filho; **PR** - 02: Carlos Simões - Chico Noroeste; **PRB** - 01: Pastor Edson Praczyk; **PMN** - 01: Dr. Batista; **PV** - 01: Rosane Ferreira.

Proposta de Emenda à Constituição:

PROPOSTA DE EMENDA À CONSTITUIÇÃO ESTADUAL

A Assembleia Legislativa do Estado do Paraná, nos termos do artigo 64 da Constituição do Estado do Paraná, promulga a seguinte emenda ao texto constitucional:

Art. 1º O artigo 173 da Constituição Estadual do Paraná passa a vigorar com a seguinte redação:

“Art. 173. O Estado e os Municípios assegurarão, no âmbito de suas competências, a proteção e a assistência à família, especialmente à maternidade, à infância, à adolescência, à juventude e à velhice, bem como a educação do excepcional, na forma da Constituição Federal.”

Art. 2º O Capítulo VIII da Constituição Estadual do Paraná passa a vigorar com a seguinte redação:

“CAPÍTULO VIII

Da Família, da Mulher, da Criança, do Adolescente, do Jovem e do Idoso”

Art. 3º É acrescentado à Constituição Estadual do Paraná o artigo 225-A, com a seguinte redação:

“Art. 225-A. O Estado protegerá os direitos econômicos, sociais e culturais dos jovens, mediante políticas específicas, visando a assegurar-lhes:

- a) formação profissional e o desenvolvimento da cultura;
- b) acesso ao primeiro emprego e à habitação;
- c) lazer;
- d) segurança social.

Parágrafo Único. As diretrizes das políticas a que se refere o *caput* deste artigo serão asseguradas pelo Estatuto da Juventude e pelo Plano Estadual da Juventude, instituídos por lei, sem prejuízo do disposto na Lei nº 8069, de 12/06/90 e dos demais diplomas legais pertinentes.”

Art. 4º É acrescentado à Constituição Estadual do Paraná o artigo 225-B, com a seguinte redação:

“Art. 225-B. O Conselho Estadual da Juventude, órgão colegiado de caráter consultivo, deliberativo e fiscalizador, instituído por lei, tem por objetivo elaborar, propor e fiscalizar as políticas públicas sobre a proteção dos direitos econômicos, sociais e culturais da juventude.”

Art. 5º Esta emenda à Constituição entra em vigor na data de sua publicação.

Sala das Sessões, em 19/05/09.

(a) PROFESSOR LEMOS

Apoiamento:

Péricles de Mello, Tadeu Veneri, Luciana Rafagnin, Pedro Ivo, Elton Welter, Luiz Eduardo Cheida, Jocelito Canto, Mauro Moraes, Fábio Camargo,

Teruo Kato, Dr. Batista, Elio Rusch, Valdir Rossoni, Antonio Belinati, Durval Amaral, Ademar Traiano, Chico Noroeste, Felipe Lucas, Ademir Bier, Duflío Genari, Douglas Fabrício, Marcelo Rangel, Dobrandino da Silva, Augustinho Zucchi, Pastor Edson Praczyk, Luiz Fernandes Litro, Luiz Accorsi e Reni Pereira.

JUSTIFICATIVA:

A “Constituição Cidadã”, assim denominada a Carta Magna do País promulgada em 1988, trouxe inúmeros avanços para a legislação brasileira sem deixar, no entanto, algumas lacunas decorrentes tanto da correlação de forças daquele período quanto da incipiência da discussão de algumas matérias naquele momento histórico. Da mesma forma, a maioria dos textos constitucionais dos Estados não avançou em algumas questões.

Dentre os diversos temas que hoje tomam relevância no cenário político do País está a questão da juventude, seja pelo aprofundamento das discussões referentes à compreensão dessa faixa etária, seja pelas demandas que pressionam o Poder Público no atendimento de políticas públicas específicas ao atendimento da população entre 15 e 29 anos.

Dados do Mapa da Violência, elaborado pela UNESCO, em parceria com o Governo brasileiro e o Instituto Ayrton Senna, em sua sexta edição, publicada no final de 2006, ao analisar a relação entre juventude, violência e cidadania, reafirma que “os jovens brasileiros, particularmente, dos 15 aos 24 anos, são a parcela da sociedade que está mais exposta à violência, quer como vítimas, quer como agentes.”

Resultado semelhante foi colhido pelo Mapa de Violência dos Municípios Brasileiros, da Organização dos Estados Ibero-Americanos (OEI) em parceria com o Ministério da Saúde, com base em dados dos anos de 2002 a 2004, divulgado no final do mês de fevereiro de 2007: “O Brasil é líder mundial em morte de jovens (15 a 24 anos) por arma de fogo, com taxa de 43,1 assassinatos para cada 100 mil pessoas. Da faixa de 14 a 17, houve um crescimento de 63% na taxa de homicídios entre 1994 e 2004. No mesmo período, a faixa de 20 a 24 anos teve um crescimento de 36%, chegando ao patamar mais alto de todas as faixas etárias: 64,9 assassinatos para cada 100 mil pessoas.”

Os dados do IBGE, do IPEA, da UNICAMP e de outros institutos oficiais demonstram que a concentração de renda e de riqueza, produtoras da pobreza e da miséria, faz com que a população juvenil tenha que procurar ingressar no mercado de trabalho cada vez mais cedo, mas paradoxalmente, não possuem qualificação educacional necessária e nem experiência, o que os leva a integrar o rol de quase 50% dos desempregados oficiais no País.

Esses exemplos são suficientes a demonstrar a necessidade da implantação de diversas políticas públicas para as juventudes urbanas e rurais; dos centros, periferias e favelas; brancas, negras e índias; masculinas e femininas;

estudantes, trabalhadoras, desempregadas, etc., com o objetivo de transformar essa realidade, seja para afastá-los da violência e da criminalidade, seja para garantir os seus direitos humanos econômicos, sociais e culturais, como alimentação, educação, saúde, esporte, moradia e saneamento, cultura, trabalho e lazer, entre outros.

Nesta década, principalmente no Governo do Presidente Lula, ocorreram algumas conquistas importantes para a juventude, como a criação de espaços governamentais (Secretaria Nacional da Juventude vinculada à Presidência da República e o Conselho Nacional da Juventude). A implementação de políticas públicas direcionadas aos jovens (Pró-Jovem, Primeiro Emprego, ProUni, etc.), são necessárias, porém, faz-se imperativo avançar sempre, para garantir aos jovens condições para se desenvolver com dignidade. Novas, específicas, inclusivas e diferenciadas políticas são essenciais para dar conta da quantidade da população juvenil, a maior geração desde o “descobrimento” do Brasil.

No Congresso Nacional, onde já funciona uma Frente Parlamentar em Defesa das Políticas Públicas de Juventude, tramitam atualmente diversos projetos direcionados aos jovens, dentre os quais, o Projeto de Lei nº 4530/04, que cria o Plano Nacional de Juventude, a Proposta de Emenda à Constituição (PEC nº 138/03, que trata da proteção dos direitos econômicos, sociais e culturais da juventude e o Projeto de Lei nº 027/07, que cria o Estatuto da Juventude.

A presente Proposta de Emenda à Constituição Estadual vem ao encontro desta necessidade de ampliarmos, através do texto legal, os instrumentos de definição, execução e controle de políticas públicas que assegurem a proteção dos direitos econômicos, sociais e culturais da juventude, em consonância com as discussões e mudanças no ordenamento jurídico em nível nacional e internacional.

O Congresso Nacional já aprovou em primeiro turno alterações na Constituição Federal da mesma natureza da presente PEC, bem como o País já é signatário de compromissos internacionais que se comprometem com garantias individuais e coletivas dos jovens conforme estabelece a Convenção Ibero-Americana de Direitos da Juventude.

Acrescente-se a isso, iniciativas do Poder Executivo Estadual que já conta com estrutura institucionais que executam algumas políticas específicas à juventude, como a Secretaria de Estado da Criança e Juventude - SECJ do Governo do Paraná, bem como outras Secretarias. Destacamos, entre outras ações importantes, a realização da 1ª Conferência Estadual de Políticas Públicas para Juventude.

Neste sentido, a apreciação e aprovação da Proposta de Emenda à Constituição Estadual ora apresentada é de relevante importância para o avanço e consolidação das políticas públicas que assegurem os direitos da população jovem paranaense.